



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
01 03 2012	15h25min	11ª SESSÃO ORDINÁRIA	1

**TERCEIRA SECRETARIA
DIRETORIA LEGISLATIVA
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA
SETOR DE TRAMITAÇÃO, ATA E SÚMULA
2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 6ª LEGISLATURA
ATA CIRCUNSTANCIADA DA 11ª
(DÉCIMA PRIMEIRA)
SESSÃO ORDINÁRIA,
DE 01 DE MARÇO DE 2012.**

PRESIDENTE (DEPUTADO DR. MICHEL) - Está aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Convido o Deputado Olair Francisco a secretariar os trabalhos da Mesa.

Dá-se início aos

Comunicados da Mesa.

Sobre a mesa, Expediente que será lido pelo Sr. Secretário.

(Leitura do Expediente.)

PRESIDENTE (DEPUTADO DR. MICHEL) - O Expediente lido vai à publicação.

Leitura da ata da sessão anterior.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

DEPUTADO OLAIR FRANCISCO – Sr. Presidente, solicito a dispensa da leitura da ata.

PRESIDENTE (DEPUTADO DR. MICHEL) - Esta Presidência acata a solicitação de V.Exa. e dá por lida e aprovada sem observações a seguinte:

- Ata da 10ª Sessão Ordinária.

PRESIDENTE (DEPUTADO DR. MICHEL) - Dá-se início ao

PEQUENO EXPEDIENTE.

Passa-se aos



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
01 03 2012	15h25min	11ª SESSÃO ORDINÁRIA	2

Comunicados de Líderes.

Concedo a palavra ao Deputado Rôney Nemer. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Agaciel Maia.

DEPUTADO AGACIEL MAIA (PSL/PTC/PMDB/PSC/PTdoB. Como Líder. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, o que me traz hoje à tribuna é um assunto que vem sendo discutido desde 1976, Deputada Arlete Sampaio, a construção da ponte do Lago Norte, que faz parte do projeto original de Brasília feito por Lúcio Costa.

O primeiro desenho foi feito por Oscar Niemeyer em 1976 e prevê não uma, mas duas pontes com acesso à península pela Asa Norte de um lado e pelo outro pelo Setor de Mansões. A primeira delas ligaria a QL 08 e 10 ao Setor de Clubes Norte, à altura da Universidade de Brasília, em um percurso de um quilômetro. A segunda a partir dos conjuntos 4 e 7 da QL 07 até a QL 03, numa distância de 650 metros.

Atendendo a reivindicações de vários moradores do Lago Norte, nós apresentamos uma indicação na terça-feira passada junto à Câmara Legislativa, sugerindo ao Poder Executivo a construção da Ponte do Lago Norte.

O correto é que seja feita uma audiência pública para ouvir a comunidade e assim chegar a uma decisão sobre a localização ideal para a construção da ponte, ressaltando que a construção é de interesse dos moradores da península norte, Taquari, Setor de Mansões do Lago Norte, Paranoá, Itapoã, Grande Colorado, Sobradinho, Planaltina e até mesmo de Brasília e Formosa, uma vez que o novo acesso ao Plano Piloto viria resolver o sistema viário que se estrangula na Ponte do Bragueto.

Acompanho essa situação, Deputado Cláudio Abrantes, há muito tempo. Antes a maioria dos moradores do Lago Norte era contrária a essa ponte, quando o trânsito de Brasília era ainda um pouco bucólico, ainda existia uma maneira de transitar em Brasília tranquilamente. Mas isso veio a se inverter em decorrência da criação desses vários núcleos de moradores. Hoje o morador do Lago Norte já enfrenta engarrafamentos. Muitos dos que eram contra a construção dessa ponte hoje são favoráveis.

Antigamente, para se fazer uma ponte de um quilômetro, Deputada Arlete Sampaio, era uma dificuldade grande pela complexidade de engenharia de se construir dentro da água, mas hoje sabemos que a tecnologia, não só brasileira, mas do mundo como um todo, avançou bastante. Hoje a construção de uma ponte de um quilômetro se faz na maior tranquilidade.

Essa ponte ligaria a QL 8/10 ao Setor de Clubes, saindo na altura da UnB, e haveria outra ponte do outro lado, entre os conjuntos 4 e 7, ligando à QL 3, de 650 metros, o que melhoraria substancialmente o trânsito do Lago Norte.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
01 03 2012	15h25min	11ª SESSÃO ORDINÁRIA	3

DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES (PPS. Sem revisão do orador.) – Deputado Agaciel Maia, primeiro quero parabenizá-lo pela preocupação com este tema tão sensível na vida do Distrito Federal, que é a questão do trânsito, de engarrafamentos e conseqüentemente do transporte público, que não deixa de ter um contato — mas principalmente o trânsito, que, nas grandes cidades, tira qualquer pessoa do sério. Temos exemplo de pessoas de bem que, por causa do nervosismo, acabam cometendo atos impensados.

Essa questão do trânsito hoje é muito complexa naquela região, assim como no Distrito Federal inteiro, por conta, como V.Exa. colocou muito bem, com conhecimento de causa, do crescimento enorme que tivemos na saída norte do Distrito Federal. Saem de Planaltina hoje, por exemplo, só usando o sistema de transporte, cerca de 40 mil pessoas por dia. E há uma quantidade semelhante utilizando carros próprios, sempre usando a BR-020, porque não há outra linha de fluxo rápido ligando aquela cidade ao Plano Piloto, só para se ter uma ideia.

Quero parabenizá-lo pela preocupação de trazer essa questão do Lago Norte e condomínios — que naturalmente afetaria também outras cidades, inclusive a cidade em que moro, Planaltina, assim como Sobradinho, Itapoã e Paranoá, visto que uma das pernas dessa ponte dupla, vamos dizer assim, atingiria a EPPR, Estrada-Parque Paranoá —, e pelo acompanhamento do tema. V.Exa. participou de maneira muito efetiva quando nós aprovamos o PDTU no primeiro semestre do ano passado. Temos quase um ano de aprovação do PDTU, que, nas suas linhas gerais, estruturantes, prevê, como já está previsto em outros instrumentos legislativos, a construção da ponte do Lago Norte, que foi inclusive um debate que aconteceu na comissão.

Quero saudá-lo, dizer que estamos acompanhando junto com V.Exa. e que sabemos da importância da construção dessa ponte para todo aquele setor, não só para o Lago Norte e condomínios, mas que atingiria com certeza, como V.Exa. tão bem colocou, toda aquela região norte, como válvula de escape a esse trânsito caótico que existe ao longo da BR-020.

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Agradeço o aparte de V.Exa., Deputado Cláudio Abrantes, que, como morador dessa área norte, é profundo conhecedor e sofredor disso, por que não dizer assim, junto com os demais habitantes de Planaltina, Vale do Amanhecer, Sobradinho I, Sobradinho II, e todos aqueles condomínios do Colorado, pois sofrem constantemente com o estrangulamento do trânsito.

É importante dizer, Deputado Prof. Israel Batista, que, a exemplo do que aconteceu com a terceira ponte do Lago Sul, que é um processo que, como “água mole em pedra dura”, vai batendo até que a vontade política atenda aos interesses da coletividade.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
01 03 2012	15h25min	11ª SESSÃO ORDINÁRIA	4

Hoje nós sabemos que, para se fazer essa ponte ligando o Setor de Clubes Norte, na altura da UnB, ao Lago Norte, de 1 quilômetro só... Hoje se fazem pontes de 14, 20 quilômetros, moduladas, em uma rapidez muito grande.

O Governo de Brasília deu uma demonstração inequívoca de que, quando quer realizar uma obra, conta com apoio desta Câmara Legislativa. Foi o exemplo do Estádio Nacional de Brasília. Nós aprovamos — eu fui o relator, o Deputado Chico Vigilante sabe disso —, em parceria com a agência de fomento e desenvolvimento que é a Terracap, o orçamento para se construir o Estádio de Brasília, que deve ser o primeiro a ficar pronto. Brasília ainda tem essa capacidade. O Governador Agnelo tem isso a favor, a Câmara Legislativa do seu lado apoiando as ações de políticas públicas — neste caso, é uma política pública de transporte.

DEPUTADO OLAIR FRANCISCO – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO OLAIR FRANCISCO (PT do B. Sem revisão do orador.) – Deputado Agaciel Maia, eu queria apenas acrescentar o seguinte: o Deputado Cláudio Abrantes foi muito feliz em seu pronunciamento. Agora, o que a gente não pode é pegar uma ala norte daquela que envolve... Eu tenho comércio também naquele lado de lá, em Sobradinho, em Planaltina, no Paranoá, eu sei a força daquela população. Eu sei a importância dessa obra de que V.Exa. está falando.

Então, para a gente juntar Brasília, a gente também tem que dar opção. O cidadão que está no Paranoá vai ali no cantinho do Lago Norte e chega aqui ao final da Asa Norte, mas quem está em Sobradinho já tem dificuldade. Quem está em Planaltina, se tiver uma dificuldade no trânsito, tem que vir ao Paranoá e sair lá na ponte do Paranoá, lá embaixo. Se ele estiver em Planaltina, para dar um socorro a ele, tem que descer para o lado de São Sebastião, onde vão construir o aeroporto de cargas — aquela viagem dá mais de 100 quilômetros, eu já fiz.

Essa interligação, esse desenvolvimento que tem que ser feito no Distrito Federal, essa obra, além de valorizar o lado norte da cidade — não é o Lago Norte, não, é a parte de lá, Planaltina, Sobradinho, os condomínios, Paranoá, Itapoã etc. — vai trazer uma valorização não de dinheiro, no valor do terreno, não, mas a valorização das pessoas: quando você vai demorar 20 minutos para chegar à sua casa, hoje você demora 2 horas. Isso também é valorização.

Essa obra é de suma importância para aquela comunidade que está radicada naquele local. Então, eu quero apenas acrescentar esse aparte ao do Deputado Cláudio Abrantes e dizer que V.Exa. traz para esta Câmara um debate de suma importância.

Para o Governo do Distrito Federal, Deputada Arlete Sampaio, que quer fazer grandes obras, um novo caminho, essa ponte seria o início de uma mudança radical no desenvolvimento do Distrito Federal e no desenvolvimento humano, porque o



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
01 03 2012	15h25min	11ª SESSÃO ORDINÁRIA	5

mais importante é a gente trabalhar para que as pessoas se sintam bem, e essa obra trará benefício para a comunidade, imediatamente.

DEPUTADA CELINA LEÃO – Permite-me um aparte V.Exa.?

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADA CELINA LEÃO (PSD. Sem revisão da oradora.) – Deputado Agaciel Maia, eu sou moradora da região do Lago Norte, e a gente pode acompanhar na nossa região que esse é um debate antigo, é um debate que envolve muito, também, a comunidade do Lago Norte. E há uma divisão até de conceitos. Há uma parte da comunidade que acha a obra importante, porque é uma forma de desafogar o trânsito, porque há alguns empreendimentos que a comunidade não esperava. Vou dar um exemplo: com o *shopping*, hoje temos tráfego para poder ir para a casa. É uma coisa que não acontecia, mas, com o crescimento do CA, do próprio Paranoá, do próprio Varjão, precisamos pensar o fluxo naquela região como sendo maior.

Deputado Agaciel Maia, como V.Exa. tomou a frente na questão da ponte, e eu gostaria que fizéssemos uma audiência pública no Lago Norte para discutir com aquela população, para escutar aquela população. Eu acho que é importante debatermos para esclarecer, porque o progresso é bom, e a comunidade tem de entender se quer ou se não quer. Fica, então, a ideia de promovermos lá um debate sobre a ida da ponte para o Lago Norte e de que forma melhorariamos a questão da segurança.

Hoje o Lago Norte é uma região muito segura porque é uma península, então, é cercado de águas. O Lago Norte é uma comunidade onde os moradores não estão acostumados com violência. A violência lá é baixíssima. Então, Deputado Agaciel Maia, existe também esta preocupação: de um possível aumento de violência.

Dessa forma, eu acho que tudo isso deve ser discutido com a comunidade. Fica a sugestão para que possamos fazer, em conjunto, uma audiência pública no Lago Norte para discutirmos a questão da terceira ponte. Muito obrigada.

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Agradeço o aparte da Deputada Celina Leão.

Eu acolho a sugestão. Eu tenho muitos amigos e colegas de trabalho que moram no Lago Norte, e, antes da construção do *shopping* e da expansão de toda a área norte, como o Taquari e também os outros acessos, como o Paranoá, eles achavam que a ponte causaria um aumento da violência no Lago Norte. Mas eles já mudaram de conceito a respeito disso. Por isso, eu acho que a avaliação que é feita hoje é outra. Hoje, muitos deles me demandam: "Agaciel, comece". Porque a construção de uma ponte é algo gradual. Então, eu acho que, em relação à audiência, V.Exa., que mora lá, pode capitanear tudo isso. O que me faz trazer esse assunto é dizer que é viável financeiramente. O novo caminho, que é uma nova filosofia de política, pode ser literalmente um novo caminho, que seria um novo



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
01 03 2012	15h25min	11ª SESSÃO ORDINÁRIA	6

caminho para o Lago Norte através dessa ponte, ligando a área de clubes à QL 8/10 do Lago Norte.

DEPUTADO SIQUEIRA CAMPOS – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO SIQUEIRA CAMPOS (PSC. Sem revisão do orador.) – Deputado Agaciel Maia, é verdade. Há quatro anos, pela última informação que eu tive, quase 60% dos moradores do Lago Norte não queriam a criação de uma nova ponte. Eles temiam exatamente uma supermovimentação habitacional para lá. Mas hoje, mesmo que 60 ou 70% da população não aceitem a construção da ponte, nós temos de verificar os arredores, as pessoas que são atingidas por esse ponto de vista, se permanecer – acredito que não –, e como elas seriam prejudicadas. Ali seriam prejudicados Sobradinho, o Paranoá, os condomínios, Planaltina. Não dá mais para, no horário de *rush*, quando as pessoas vêm trabalhar ou sair, elas terem um só sentido, um só lugar para passar.

Então, eu acredito que já deva ter mudado. Seria muito bom realizarmos uma audiência pública com os moradores do Lago Norte. Mas, se esse ponto de vista permanecer, nós temos de demonstrar para aquela comunidade que ela não está mais ilhada, ela é um caminho, é uma porteira para passagem de outras comunidades. Era isso o que eu gostaria de acrescentar.

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Agradeço o aparte do Deputado Siqueira Campos.

Eu gostaria de também acrescentar exatamente isto: nós só temos o acesso pela ponte do Bragueto ou pela Barragem do Paranoá. Então, hoje a demanda é diferente.

Outro assunto que a comunidade tem que entender é que, por exemplo, para o Lago Sul, há o acesso pelo balão do aeroporto, há o acesso pela Ponte das Garças, na altura do Gilberto Salomão, há o acesso pela Ponte Costa e Silva, há agora a Terceira Ponte e ainda há o acesso pelo Paranoá.

O sistema de segurança hoje, uma coisa que era muito cara antigamente, Deputada Arlete Sampaio, é feito pelo CFTV, que é o controle, o monitoramento das vias e das ruas — ou seja, aqui em Brasília, dos conjuntos —, por um sistema de monitoramento eletrônico de câmara. Nós sabemos que a segurança eletrônica hoje é muito mais importante do que a vigilância ostensiva do policial. O que inibe mais hoje um bandido é, ao entrar, ver uma câmara de frente. Isso inibe muito mais do que a presença, às vezes, de um policial que passa e depois vai embora.

DEPUTADO CHICO LEITE – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Ouço o aparte de V.Exa.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
01 03 2012	15h25min	11ª SESSÃO ORDINÁRIA	7

DEPUTADO CHICO LEITE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Deputado, eu quero contribuir com o debate, sempre de extrema relevância, que V.Exa. traz a esta Casa, especificamente no tangente à defesa da ponte.

Eu sou daqueles que compartilho com a ideia de que quem sabe da cidade são aqueles que moram, são aqueles que vivem nela. Os que vivem em aparelhos de ar condicionados, os que a veem de cima, os que ouvem falar dela, os que leem sobre ela, pouco sabem dela. Sabem aqueles que a vivenciam no dia a dia. Por isso, a defesa da gestão participativa, por isso a defesa aqui nesta Casa, Presidente Dr. Michel, de que toda destinação de terra – o que conseguimos colocar na emenda –, toda mudança de destinação, obrigatoriamente, seja antecedida de uma audiência pública para que os adjacentes possam dizer a cidade que eles querem. Nós podemos ter grandes arquitetos, grandes gestores, mas o povo que mora é que sabe e que deve escolher a cidade onde mora e onde quer morar.

Por isso, eu acho muito importante a audiência pública, acho fundamental – se o caso – até um plebiscito, ou seja, um debate com os moradores do Lago Norte para sabermos se efetivamente se deseja mesmo a terceira ponte. É claro que – V.Exa. sabe – ninguém vai ser contrário, em hipótese alguma, ao desenvolvimento tecnológico, à abertura dos espaços. Ninguém vai ser. Ao contrário, vamos aplaudir. Quanto mais espaços houver, melhor.

Eu sempre achei que o problema de trânsito só se resolve com transporte coletivo sério de qualidade voltado ao usuário e não a uma castazinha que mandou nele por muito tempo. Por isso a importância da primeira licitação do Governador Agnelo. Mas no específico do Lago Norte, o que ouço aqui e ali é um debate — uns contra, outros a favor —, de maneira que o fundamental é: primeiro, trazer o debate à colação — V.Exa. está fazendo, e eu quero parabenizá-lo. É muito importante discutir as coisas. Nós aprendemos é assim —; segundo, ouvir aquela população se ela deseja ou não.

Obrigado.

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Eu agradeço a V.Exa. Isso é muito importante porque, todos os dias, nos jornais da manhã passa a imagem dos acessos de Brasília. Nós já temos assistido ali a como já é tumultuado o acesso à Ponte do Bragueto em determinado horário. De qualquer forma, o morador do Lago Norte tem de vir pela Ponte do Bragueto ou pela Barragem do Paranoá. Não tem como fugir disso.

DEPUTADA ARLETE SAMPAIO – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADA ARLETE SAMPAIO (PT. Sem revisão da oradora.) – Sr. Deputado, V.Exa. toca em um ponto extremamente sério. Eu me lembro bem da época em que estivemos no Governo. Quando eu era responsável pelo orçamento participativo, esse debate chegou a ser feito. De fato, àquele tempo havia uma resistência por



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
01 03 2012	15h25min	11ª SESSÃO ORDINÁRIA	8

parte da população que residia no Lago Norte quanto à construção da ponte. Hoje, entretanto, parece-me uma solução absolutamente necessária por vários motivos. Primeiro, por conta da engenharia de trânsito. Não é mais possível o estrangulamento que aquele ponto da Ponte do Bragueto representa para toda a população que vive nessa região norte do Distrito Federal. Ao mesmo tempo, se é verdade que pode favorecer o desenvolvimento da insegurança, por outro lado é um ponto de escape também para qualquer situação de emergência no Lago Norte.

De fato, acho que essa é uma demanda fundamental. Claro que é preciso ouvir a comunidade, debater com ela, mas, sem dúvida, tem que estar no calendário de obras do Governo do Distrito Federal a construção dessa ponte para minorar justamente o enorme tráfego que existe naquela região.

Eu penso que os moradores do Lago Norte hoje farão essa opção porque ela é absolutamente necessária e com certeza teremos o aval da população para que ela seja feita. E o Governo tem que ter todos os esforços para que possamos iniciá-la o mais breve possível.

Eu me lembro que esse debate feito no Lago Sul foi diferente. Eles queriam fazer a Terceira Ponte, cujo projeto chegou a ser licitado ainda no nosso Governo. Então, eu penso que — e o Orçamento Participativo é um fórum importante para que isso seja feito — nós podemos, de fato, este ano, iniciar esse debate e a discussão nas audiências públicas para que possamos dar início justamente ao projeto da ponte e dar a ela todos os esforços e recursos para que seja construída o mais brevemente possível.

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Eu agradeço o aparte de V.Exa.

O que engrandece o meu pronunciamento hoje são os dados históricos que V.Exa. traz, principalmente porque V.Exa. foi Vice-Governadora, acompanhou toda essa situação do transporte de perto, já participou dessa discussão no Lago Norte. Portanto, eu agradeço o aparte de V.Exa.

Presidente Deputado Dr. Michel, eu quero agradecer. É apenas para fazer esse registro. Há um ditado popular que diz que um longo percurso se faz com o primeiro passo e para se comer um elefante tem que se dar a primeira dentada, então, que seja a primeira dentada na ponte do Lago Norte.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO DR. MICHEL) – Concedo a palavra ao Deputado Prof. Israel Batista. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Dr. Charles. (Pausa.)

Concedo a palavra à Deputada Celina Leão.

DEPUTADA CELINA LEÃO (PSD. Como Líder. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Deputados e Deputadas, o que me traz à tribuna desta Casa — eu quero



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
01 03 2012	15h25min	11ª SESSÃO ORDINÁRIA	9

abrir exatamente na página para eu ler — é que nós ouvimos na semana passada, foi amplamente divulgado, que o Governador Agnelo teria sido inocentado — teria, não, foi inocentado — pela Anvisa da questão da Saúde Import. Em ofício requerido pelo Deputado Federal Francischini à Anvisa, a informação que chegou está pela metade.

O Governador Agnelo foi, sim, pela Anvisa e pelo Diretor da Anvisa, considerado inocente ante à inexistência de provas. Eu quero ler para vocês o ofício de resposta que o Deputado Francischini fez ao Presidente da Anvisa. Só que com cinco funcionários subordinados ao Governador Agnelo, que na época era Diretor da Anvisa, foram, dentro do processo que foi instaurado, encontradas irregularidades. Com o Governador Agnelo, não, mas com os cinco subordinados a ele, sim.

Então, eu acho que a notícia não é tão simples como foi colocada. Não é que não há nenhuma irregularidade. Aconteceu, sim, irregularidade na questão da Saúde Import. A Anvisa, naquele momento, inocentou o Governador Agnelo. Mas eu quero ler para vocês trechos do ofício respondido pelo Sr. Dirceu Brás Aparecido Barbano, que é o Diretor-Presidente:

Em atenção ao ofício do Francischini, de 15 de dezembro de 2011.

Informamos que a sindicância administrativa contida nos autos números tal, tal, tal, situada a Saúde Import concluiu que:

a) Arquivamento do feito em relação à denúncia formulada em desfavor do Sr. Agnelo dos Santos Queiroz Filho, então Diretor da Agência Reguladora, ante a inexistência de provas;

b) Instauração de processo disciplinar em desfavor de cinco servidores da Anvisa, ante a possível inobservância da Portaria 722 da Anvisa, de 22/10/2007, e da Lei nº 9.784, de 1999, que dispõe sobre um processo administrativo quando da instrução do Processo Administrativo Sanitário nº 25351105998200844.

Eu não tenho ainda as informações sobre a sindicância, sobre o laboratório do Daniel, mas a gente também pediu essas informações porque, se na do Daniel todos os funcionários foram condenados, e somente o Governador Agnelo foi inocentado, eu acho que esses funcionários precisam realmente ser escutados para se saber o que realmente está acontecendo.

Eu acho que a notícia foi dada de uma forma pela metade. Houve, sim, indícios de irregularidades. É esse fato que eu gostaria de trazer.

Há outro fato que é importante de que eu gostaria de falar nesta tarde. O Governador Agnelo, hoje, soltou um pacote de medidas de ajuste. Quem vê a notícia acha que é muito importante o Governador Agnelo cortar o salário. Eu acho que é muito importante sim. Só que em junho do ano passado veio para esta Casa um aumento. O Governador Agnelo teve um aumento de 110% em seu salário do ano passado para este ano.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
01 03 2012	15h25min	11ª SESSÃO ORDINÁRIA	10

Nós tínhamos um impacto com cargos comissionados de 130 milhões no Governo Rosso e temos hoje um gasto com cargos comissionados de 320 milhões. Eu acho que esse é um dado fortíssimo. Nós tivemos um aumento, porque a pessoa que ganhava um DF-1 foi para DF-10, dobrou o DF. A pessoa subiu de cargo. Então, nós diminuimos o número de funcionários, mas aumentamos o impacto da folha, e isso inviabilizou o aumento de qualquer servidor público.

Eu acho que é preciso, sim, reajustar os cargos comissionados, mas quando há margem para fazer negociações com o servidor público, que é quem mantém a máquina pública do Estado. Os cargos comissionados passam, e este foi sempre o grande debate do PT, que era contra o aumento de cargos comissionados, contra esse gasto com comissionados e a favor da valorização do servidor público.

E hoje o Governador solta um pacote em que ele diminui 10%! Ele tinha de diminuir pelo menos 100%, porque S.Exa. aumentou 100%, se fosse realmente para dar exemplo!

Eu acho que no ano passado... Eu não sei quem inventou, qual foi a gestão, qual secretário mandou esse pacote para esta Casa, de que forma isso foi feito no governo. Mas não se pensou no servidor público.

Eu estou movendo uma ação popular, pedindo ao juiz da Vara da Fazenda Pública que torne isso sem efeito, para que a gente volte ao valor dos cargos originários, ao que realmente existia. Dessa forma a gente vai conseguir ter um ajuste para a gente poder negociar com as categorias.

DEPUTADA LILIANE RORIZ – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADA CELINA LEÃO – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADA LILIANE RORIZ (PSD. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, eu gostaria só de acrescentar algo à fala da Deputada Celina Leão. Na minha fala eu também quero comentar o pacote que foi feito pelo Governo hoje.

Deputada Celina Leão, isso é muito preocupante porque pode causar um impacto econômico muito grande na cidade, pois nós sabemos que Brasília sobrevive do funcionalismo público. Os servidores agora, depois de tanto tempo de uma promessa de reajuste, vão ser penalizados por esse pacote, e mais, o que é mais preocupante, pela terceirização. Outrora se falava muito que não podia se fazer terceirização, e agora se pode fazer. Eu estou muito preocupada com isso, eu acho que esse pacote vai prejudicar muito a cidade, os servidores não merecem isso. É preocupante, uma vez que nós temos um limite a ser gasto e esse limite já está quase no *stand by*, na luz vermelha. Brasília, esse fato realmente vai prejudicá-la, e eu gostaria só de acrescentar isso, pois na minha fala eu vou voltar a falar sobre esse pacote do Governador.

DEPUTADA CELINA LEÃO – Agradeço o aparte da Deputada Liliane RORIZ.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
01 03 2012	15h25min	11ª SESSÃO ORDINÁRIA	11

DEPUTADA ARLETE SAMPAIO – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADA CELINA LEÃO – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADA ARLETE SAMPAIO (PT. Sem revisão da oradora.) – Deputada Celina Leão, só para resgatar alguns aspectos desse seu debate que merecem reparos.

Primeiro o salário do Governador, necessariamente, foi aumentado, assim como o do Vice e dos Secretários, em função da relação prevista por lei entre o salário da Presidência da República, do Governador, dos Deputados Federais, assim como também nesta Casa nós tivemos reajuste em função do aumento dado lá. Então, é preciso fazer esse reparo.

Segundo, é preciso dizer que só foram aumentados os cargos comissionados – o reajuste médio foi de 6,9% –, somente os cargos de secretários, de subsecretários, de diretores é que tiveram um efetivo aumento, para que pudéssemos trazer pessoas qualificadas para essas funções. Todos os reajustes previstos em acordos passados dados aos servidores foram cumpridos pelo Governador Agnelo, o que de fato elevou significativamente os gastos com o pessoal. Ocorre que havia expectativa de arrecadação superior a que de fato aconteceu, por isso a necessidade de que agora se fizesse esse pacote.

É evidente que só o poder Executivo, em função de dominar todas as informações de arrecadação, é que pode de fato saber qual medida deve ser tomada em cada momento. Então, se talvez os governos anteriores não tivessem jogado para este Governo a responsabilidade de pagar servidores nós não teríamos esse problema hoje. Mas nós herdamos de negociações salariais anteriores uma série de compromissos que todos, sem exceção, foram cumpridos por este Governo.

Por outro lado, por exemplo, na secretaria da qual eu fui Secretária no ano passado, nós temos hoje uma realidade em que 72% de todos os cargos comissionados são de servidores de carreira. O que diminui, inclusive, os gastos, porque é apenas um percentual dos salários comissionados que é pago ao servidor de carreira. Então, todas as medidas foram feitas para que tivéssemos condições de dar continuidade a esse processo. Ocorre que a situação econômica do País e da cidade fez com que houvesse uma redução, uma desaceleração da arrecadação do Governo do Distrito Federal, o que obrigou o Governo a tomar essa medida necessária para manter a saúde financeira da economia do Distrito Federal.

Eu queria fazer esse esclarecimento com V.Exa. porque me pareceu necessário.

DEPUTADA CELINA LEÃO – Agradeço o aparte da Deputada Arlete Sampaio.

Peço para incorporar as palavras da Deputada Arlete Sampaio ao meu discurso, mas eu gostaria de acrescentar alguns detalhes. Não foi só o reajuste de 5%, nós temos tabelas, temos documentos comprobatórios. Temos, por exemplo, o



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
01 03 2012	15h25min	11ª SESSÃO ORDINÁRIA	12

CNE-01, com um reajuste de 15%; o CNE-02, com 12%; o CNE-03, com 13%; alguns, com 6%; outros, 10%. E temos três cargos que foram criados e que não existiam, que é o DF-17, o DF-16 e o DF-15. E quero exemplificar, dentro do que estou falando: antigamente, em outras gestões, um chefe-adjunto de gabinete recebia um CNE-04, e isso foi mudado. Hoje ele recebe outro CNE maior do que o 04. Então não é... É a forma, é a gestão em que isso aconteceu.

E eu quero falar também sobre a arrecadação. No Governo Rosso, ele teve um reajuste no Fundo Constitucional de 1% e não deixou o Governo perto da Lei de Responsabilidade Fiscal. Nós tivemos, agora, no Governo Agnelo, um reajuste de 13% do Fundo Constitucional. É muito dinheiro. Então há que se falar, sim, em gestão e em má gestão. Há que se falar, sim, em um erro do aumento dos cargos comissionados. Não era momento para isso, até porque nós tivemos um governo de transição. O Governador Agnelo sabia que tinha compromissos de governos passados, e a decisão de assumi-los foi tomada. Você não pode assumir dois compromissos ao mesmo tempo, com comissionados e com servidor público, senão nós ficamos agora como nós estamos.

E o que eu quero falar, para terminar a minha ponderação de hoje, é que estamos na seguinte situação: nós não conseguimos contratar. Como nós não contratamos, nós vamos terceirizar. É como se a gente falasse para a Lei de Responsabilidade Fiscal "você não existe, a gente a ignora porque a gente vai passar você de qualquer jeito. Como a gente não pode contratar servidor público, nós vamos terceirizar". É quase isso que está sendo falado, porque a justificativa da contratação da terceirização é essa. Se for para a gente rasgar a Lei de Responsabilidade Fiscal... Porque a gente está em cima da lei de responsabilidade. Eu acho que tem que ser revista toda essa gestão dos cargos comissionados, que foi mal feita.

Eu vou ler em números a folha de cargos comissionados: em 2011 era de R\$163.728.399,15 (cento e sessenta e três milhões, setecentos e vinte e oito mil, trezentos e noventa e nove reais e quinze centavos); em 2012 é de R\$324.411.000,557 (trezentos e vinte e quatro milhões, quatrocentos e onze mil reais e quinhentos e cinquenta e sete centavos) (*sic*). Nós dobramos o gasto com cargo comissionado! Então, não há o que se falar em trazer técnicos. Técnicos bons têm que estar em cargos de servidor público. Serviço público com o servidor que vai manter o Estado em pé. Os cargos comissionados são importantes, sim. Mas nós sabemos que nós passamos, os deputados passam, os governadores passam, e o que mantém a máquina pública é o servidor concursado.

Então é essa a minha interpretação nessa tarde. Esse documento dos gastos sobre o qual falamos são documentos oficiais, não são documentos produzidos pelo nosso gabinete. Eu acho que são algumas reflexões que precisam ser feitas. O Governo precisa cortar na própria carne, sim, mas não são 10%. Eu acho que 10% é pouco com a péssima gestão que foi feita no ano passado.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
01 03 2012	15h25min	11ª SESSÃO ORDINÁRIA	13

PRESIDENTE (DEPUTADO DR. MICHEL) – Concedo a palavra ao Deputado Chico Vigilante.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu nem ia entrar nesse assunto, Deputada Arlete Sampaio, porque tem algumas falas aqui que são de um primarismo (*sic*) que não merece nem resposta, por que vamos aos dados, vamos aos fatos. A verdade, no Distrito Federal, Deputado Washington Mesquita, é que o Governador Arruda tinha uma estratégia para ganhar as eleições de 2011, e ele montou uma estratégia perfeita para ganhar as eleições. Ele pegou, Deputada Liliane Roriz, e dividiu o reajuste dos servidores em 2009, 2010 e 2011, que, na cabeça dele, seria o primeiro ano do governo dele. Portanto, ele dividiu. Veio o Wilson Lima junto com o Rogério Rosso e completaram o serviço. A verdade é que a folha de pagamento do Distrito Federal, Deputado Dr. Charles, foi aumentada, Deputado Agaciel Maia, em R\$1.052.000.000,00 (um bilhão e cinquenta e dois milhões de reais). Eu estou falando de R\$1.052.000.000,00 (um bilhão e cinquenta e dois milhões de reais)! Esse é um fato concreto e objetivo. Em 2009, 2010 e 2011, R\$1.052.000.000,00 (um bilhão e cinquenta e dois milhões de reais) foi uma estratégia para ganhar as eleições. Na cabeça dele, que era ganhar as eleições, estava perfeito. A população do Distrito Federal agora é que está vendo o resultado.

Eu acho importante, Deputado Agaciel Maia, que esta Casa faça um debate efetivo sobre o Fundo Constitucional. Sabe por quê? Porque, de tanto se falar no Fundo Constitucional — inclusive, houve aquela proposta absurda do Sr. Senador Rodrigo Rollemberg de dar dez por cento do Fundo Constitucional para o Entorno —, sabe o que é que está acontecendo agora? Dezoito governadores, Deputada Arlete Sampaio, estiveram reunidos aqui no Distrito Federal nesta semana, inclusive no gabinete do Presidente Sarney. Um senador que estava na reunião me disse que o grande debate dos governadores do restante do Brasil, Sr. Presidente, Deputado Dr. Michel, é que Brasília não precisa de mais nenhum centavo, de que Brasília é terra de perdulários. Veio a Governadora do Rio Grande do Norte dizer na reunião: "Eu me desloco do meu estado para vir aqui tentar arrumar três milhões e vejo rios de dinheiro correndo pelo Distrito Federal." Isso não é verdade, mas é a ideia que foi vendida. Existe hoje um movimento forte, Deputada Liliane Roriz, para acabar com o Fundo Constitucional do Distrito Federal, um movimento forte dos outros estados. É outra a situação do Estado do Rio Grande do Norte, a terra do meu querido companheiro Deputado Agaciel Maia. V.Exa. sabe que a representação do Estado do Rio Grande do Norte no Distrito Federal está com telefone, energia e internet cortados por falta de pagamento, porque o estado não tem como honrar nem o pagamento da luz do escritório deles aqui. Agora, quando estamos em uma batalha muito grande para assinar, Deputado Dr. Michel, a questão do PAC da mobilidade, nós estamos tendo dificuldades, sim, porque os outros governadores estão pressionando para que não venha mais dinheiro para Brasília.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
01 03 2012	15h25min	11ª SESSÃO ORDINÁRIA	14

Isso aqui estava virando, efetivamente, a ilha da fantasia. Esses são dados que precisam vir a público. Esta Casa precisa saber disso. Setenta por cento dos fiscais e auditores de tributos da Secretaria da Fazenda do Distrito Federal estão acima do teto, ganham mais de 27 mil reais. Há trabalhadores mal remunerados e se formaram castas dentro do Distrito Federal. Esse debate tem que vir a público, porque o Distrito Federal é que está pagando o preço dos desmandos, das estratégias erradas para ganhar eleição. Nós estamos vendo, agora, o resultado. E aí querer vir imputar isso ao Governador Agnelo? Agnelo estava nas ruas fazendo campanha. Ele não pediu para esta Casa equiparar os salários de Deputado Distrital e, em cadeia, virem os demais, não. Não foi ele que fez isso, não.

Mesmo assim, enfrentando toda essa dificuldade, eu vim falar de outro assunto. Deputado Agaciel Maia, aqui se fala muito na questão da saúde. Vou dar dados incontestes.

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Deputado Chico Vigilante, V.Exa. me permite um aparte?

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO AGACIEL MAIA (PTC. Sem revisão do orador.) - Sr. Deputado Chico Vigilante, a real situação da economia no Distrito Federal, diferentemente de outros estados, é no que diz respeito à organização. Nós temos todas as variáveis para nos tornarmos uma unidade da Federação com a economia extremamente organizada. Não vou ficar aqui olhando pelo retrovisor para dizer que a culpa é de A, de B ou de C. Alguns reajustes foram concedidos no ano passado em decorrência de que o presidente que estava em exercício esperava que a concessão dos aumentos, que, às vezes, nem eram uma demanda muito veemente da categoria, mas de apenas um grupo de pessoas... Eu digo isso porque havia pessoas ligadas a mim que receberam esse aumento. A finalidade era exatamente esta: "Eu concedo reajuste a essa categoria e vocês vão votar em mim, seja para governador, se for possível, seja para deputado distrital se eu conseguir ser deputado distrital." Então, isso gerou, na realidade, de maneira quase irresponsável, esse acréscimo praticamente de mais 1 bilhão de reais na folha, o que nos jogou para o limite prudencial da Lei de Responsabilidade Fiscal.

O limite prudencial da Lei de Responsabilidade Fiscal é em decorrência da receita corrente líquida. Então, se a economia do Distrito Federal se organizar e passar a arrecadar mais, automaticamente esse limite se distancia e o Governador Agnelo pode, novamente, voltar a dar os reajustes salariais a categorias que realmente precisam de reajustes salariais.

No que diz respeito ao aumento dos servidores comissionados, eu também, como economista e tendo participado dessa discussão do projeto... Muitos dos comissionados, que estão previstos na Constituição, estão previstos na Lei Orgânica, existem nos municípios... Existem quadros de carreiras técnicas que dão lastro às



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
01 03 2012	15h25min	11ª SESSÃO ORDINÁRIA	15

instituições, mas existem os cargos comissionados, porque ninguém pode fazer concurso específico. Existem os cargos comissionados por quê, Deputado Chico Vigilante?

Eu posso me recorrer da assessoria dos servidores concursados da Câmara Legislativa para fazer o trabalho técnico de elaboração de um projeto e dar um parecer, mas, a partir do momento que eu preciso de uma assessoria política para saber se, com Joaquim em Brazlândia me apoiando, eu perco o apoio de A, B ou C... A assessoria política, em todo lugar do mundo, é através de cargo comissionado. Isso precisa ser dito e, se nós tivéssemos a *TV Distrital*, faríamos uma explicação lógica disso. O Parlamentar tem que ter o corpo técnico da Casa, que conhece profundamente o processo legislativo, e tem que ter o quadro de cargos comissionados no gabinete, que são os assessores que conhecem a realidade política da cidade. Não existe Deputado Distrital sem que ele seja votado pelos eleitores das trinta RAs de Brasília.

O projeto de melhoria dos cargos comissionados veio porque vários cargos comissionados estavam abaixo do limite do salário mínimo, ou muitas das administrações regionais tinham o cargo, mas, como o salário era insignificante, não havia quem o preenchesse. Então, tínhamos quantidade, mas não tínhamos qualidade, porque a qualidade se dá... Só se atrai um arquiteto, um topógrafo para fazer medições numa administração regional se lhe der pelo menos um salário razoável. Então, o que acontecia em Brasília? Tinha muita gente em cargo comissionado, muitos cargos comissionados e pessoas sem a qualificação. Aí, sim, é um gasto desnecessário. A partir do momento que se reajustam os cargos, mas se recrutam as pessoas qualificadas, tem-se a qualidade do serviço público que desejamos.

No que diz respeito à transformação de cargo comissionado em terceirizado, eu discordo dessa tese, porque o terceirizado... Por mais que, ao transformar os cargos comissionados em terceirizados, você se distancie um pouco do limite prudencial – porque você tira uma despesa de pessoal e passa para uma despesa de custeio ou outros serviços de terceiro, você faz um remanejamento de um item de uma natureza de despesa para outra –, na realidade, você aumenta as despesas, porque sabemos que geralmente se pagam 800 reais ou mil reais para o terceirizado e têm que se pagar 3 mil para a empresa.

Então, acho que transformar cargo comissionado, que não tem fundo de garantia, que não traz uma série de despesas que o Governo tem com o serviço terceirizado, na realidade, é empobrecer muitos e enriquecer poucos, porque, no serviço terceirizado, nós sabemos que os salários são muito baixos, mas o que se paga para as empresas é muito alto. E V.Exa. é de uma categoria que sente isso perfeitamente.

Era o que eu tinha a dizer, Deputado Chico Vigilante.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
01 03 2012	15h25min	11ª SESSÃO ORDINÁRIA	16

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Agradeço o aparte do Deputado Agaciel Maia e o incorporo ao meu pronunciamento, mas eu queria colocar mais dados.

Deputado Dr. Michel, V.Exa. é originário da Secretaria de Segurança Pública, porque pertence à Polícia Civil. Deputado Agaciel Maia, cem por cento hoje dos cargos comissionados da Secretaria de Segurança Pública são ocupados por funcionários de carreira. Delegado-chefe é cargo comissionado de carreira. Praticamente 100% dos cargos comissionados da Secretaria de Educação são de carreira, Deputada Arlete Sampaio! São professores, diretores de escola, Deputado Washington Mesquita. É cargo comissionado, mas é de carreira. O nosso governo, e tenho orgulho de dizer aqui, Deputado Siqueira Campos, bloqueou 50% dos cargos comissionados!

Agora, eu quero que alguém me diga como é que se manteria, Deputado Olair Francisco, um administrador da Rodoviária – e a Rodoviária é praticamente uma cidade, por ali passam setecentas mil pessoas por dia – se ele ganhasse R\$700,00! Não dá! Como que é que se mantém um diretor do Hospital de Base ganhando R\$2.000,00 reais com a responsabilidade que ele tem?

Todos os cargos comissionados do Distrito Federal hoje, sendo que em sua maioria absoluta são ocupados por funcionários de carreira, custam mensalmente 32 milhões de uma folha de quinhentos, quase 600 milhões de reais mensais!

Portanto, as coisas precisam ficar claras, transparentes, límpidas como a água. Mas eu quero falar de outro assunto muito mais importante.

DEPUTADO OLAIR FRANCISCO – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Eu só vou colocar uns dados aqui. Depois concedo o aparte a V.Exa.

Deputado Olair Francisco, aqui se tem desancado o Governo Agnelo Queiroz com relação à saúde! Fui buscar dados. E aqui estou falando de investimento em equipamentos e materiais permanentes. A diferença, Deputada Arlete Sampaio, V.Exa. que é médica, a diferença, Deputado Dr. Charles, V.Exa. que é médico, entre o Governo Agnelo, no seu primeiro ano, e o Governo Arruda, também no seu primeiro ano, e estou falando de 2007, estou falando de 2011 - é importante que esta Casa e a imprensa tomem conhecimento disto: estou falando de investimento em material e equipamentos permanentes -, é de 500% para mais, 500%!

No primeiro ano de Governo Arruda, em 2007, o investimento em material permanente foi de R\$16.143.240,99 (dezesseis milhões, cento e quarenta e três mil, duzentos e quarenta reais e noventa e nove centavos). No primeiro ano de Governo do médico-cirurgião Agnelo Queiroz, 2011, e aí mostra uma pessoa que realmente tem compromisso com a saúde, temos como investimento R\$96.090.256,96 (noventa e seis milhões, noventa mil, duzentos e cinquenta e seis reais e noventa e seis



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
01 03 2012	15h25min	11ª SESSÃO ORDINÁRIA	17

centavos). Isso me dá orgulho! Estou falando, Deputado Agaciel Maia, da aquisição de equipamentos e de material permanente. Primeiro ano do Governo Agnelo Queiroz!

Isso orgulha a gente porque demonstra efetivamente qual é o compromisso do novo caminho, por onde o novo caminho está transitando! São dados como esses que eu faço questão de trazer a esta tribuna. Eles foram tirados do sistema oficial de gastos orçamentários, e demonstram qual é o compromisso de Agnelo Queiroz com a transformação da saúde do Distrito Federal! O secretário da Saúde, Dr. Rafael, é muito competente. Infelizmente, por motivos alheios a sua vontade - e antes que plantem fofoca por aí eu já vou dizer -, o Dr. Rafael está se licenciando da Secretaria hoje por trinta dias para cuidar da saúde do seu pai, que está gravemente enfermo em Maceió, dentro de uma UTI. Eu disse-lhe, por volta do meio-dia, que faz muito bem. Eu também iria cuidar do meu pai, ainda mais sendo médico. Sei que V.Exa., Presidente, largaria qualquer coisa, quer como delegado, quer agora como Deputado, para cuidar do seu pai ou da sua mãe. Eu largo qualquer coisa para cuidar do meu genitor. O Rafael faz muito bem.

Portanto, ele não está saindo da Secretaria. Está se licenciando para cuidar da saúde do pai dele, mas a equipe continuará tocando o novo caminho na saúde do Distrito Federal.

DEPUTADO OLAIR FRANCISCO – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO OLAIR FRANCISCO (PT do B. Sem revisão do orador.) – Deputado Chico Vigilante, eu já falei neste plenário que nunca se fez tanto na saúde como no Governo Agnelo, no primeiro ano de governo.

Mas o que me tocou aqui foi a questão dos comissionados, dos concursados. Infelizmente no Brasil, e não é só em Brasília, tanto os funcionários públicos, quanto os funcionários comissionados têm seus salários defasados. Nós sabemos disso. É um tema que temos que abordar e trabalhar para que o salário aumente. Esse tema eu defendo porque o cidadão brasileiro tem o seu salário defasado, até na iniciativa privada.

Deputado, quando fico sabendo que a minha loja deixou de vender um sapato, às vezes até mesmo o sapato mais barato - R\$ 29,90 -, quase enfarto, fico nervoso. Uma empresa não pode deixar de faturar. O Governo do Distrito Federal ano passado perdeu arrecadação devido às empresas que saíram daqui e foram para os estados vizinhos por causa dos incentivos, que no Distrito Federal são sempre questionados pelo Ministério Público. As empresas não sentem segurança nos benefícios dados pelo Governo. Por causa dessas empresas que já foram embora, só no ano passado deixamos de faturar de ICMS mais de 400 milhões. Esses 400 milhões estão faltando agora no nosso caixa. Os recursos que poderiam estar no nosso cofre, mas estão no cofre do vizinho, estão fazendo falta para dar segurança



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
01 03 2012	15h25min	11ª SESSÃO ORDINÁRIA	18

ao nosso trabalhador, para dar segurança aos investimentos que a nossa cidade exige. Então, V.Exa. traz um tema de suma importância.

Eu quero acrescentar ao seu discurso este aparte. Há falta de uma política forte, de uma política competente. Falta forçar, mostrar aos outros órgãos que querem ser fiscalizadores do Distrito Federal, e um deles é o Ministério Público, que a falta desses recursos que perdemos para os estados vizinhos hoje não está atingindo só o caixa do Secretário da Fazenda, mas também o caixa da família do Distrito Federal.

Então, eu queria dizer que, mais uma vez, nesta tarde V.Exa. traz um tema de suma importância para o Parlamento e para todos que estão aqui.

Muito obrigado.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Eu agradeço o aparte de V.Exa. e o incorporo ao meu pronunciamento.

DEPUTADA ARLETE SAMPAIO – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADA ARLETE SAMPAIO (PT. Sem revisão da oradora.) – Deputado Chico Vigilante, só para reforçar a sua intervenção, apresento alguns dados que considero importantes.

Quando o Governador Agnelo assumiu, em visita conjunta nós verificamos que havia piolho-de-pombo no centro cirúrgico do Hospital de Ceilândia, que havia goteiras e mofo no centro cirúrgico do Hospital do Gama, que havia um imbróglio no Hospital de Santa Maria, terceirizado e entregue à Sociedade Real Espanhola, uma empresa que já tinha problemas lá na Bahia. Todos sabiam e ainda assim terceirizaram o Santa Maria para esta Sociedade Real Espanhola.

Apenas um dado a mostrar, para além daquilo que V.Exa. já apresentou sobre os investimentos feitos na aquisição de equipamentos e material permanente, é que nós, quando fizemos nesta Casa uma CPI da Saúde e investigamos os recursos públicos que eram desviados para pagar leitos particulares de UTIs privadas, só num ano, e um ano apenas é muito pouco para consertar todos os problemas herdados da saúde, o Governador Agnelo reabriu 85 novos leitos públicos de UTI. Este é um feito, Deputado, que demonstra, de fato, a prioridade que este Governo dá à saúde e a competência que teve a Secretaria para recuperar todos esses leitos. Apenas esse dado é suficiente para que qualquer gestor público tenha a percepção do compromisso deste Governo com a saúde pública do Distrito Federal. Então, reiterando a sua fala, eram essas as informações que eu gostaria de passar.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Agradeço o aparte de V.Exa. e o incorporo ao meu pronunciamento.

DEPUTADO DR. CHARLES – Permite-me V.Exa. um aparte?



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
01 03 2012	15h25min	11ª SESSÃO ORDINÁRIA	19

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO DR. CHARLES (PTB. Sem revisão do orador.) – Deputado Chico Vigilante, V.Exa. realmente tem tratado de temas muito importantes para o Distrito Federal e, hoje, com duas questões importantes. Realmente, a saúde tem que ter uma força hercúlea para dar conta de toda a demanda, e o Governador Agnelo, como médico, tem feito seu papel.

O Rafael, um colega de sindicato, realmente tem problemas particulares sérios que o impedem de hoje exercer, com a dignidade que tem, sua função na Secretaria. Ele tomou uma decisão acertada, porque mexer com pai e mãe não é fácil, tem que estar presente, mesmo. Deixo registrada aqui a minha solidariedade, desejando que o pai dele se restabeleça de pronto.

A outra questão que quero levantar é o que V.Exa. abordou quanto às empresas do Distrito Federal. Estive, há pouco tempo, com o presidente Fábio. Essa questão é absurda. Há três anos, perdemos 40 milhões; no ano posterior, perdemos cento e poucos milhões e, agora, estamos perdendo 400 milhões. Vejo, portanto, o empresário Olair Francisco, nosso colega, falar com muita razão. Ora, se geramos emprego, geramos renda para o Distrito Federal, como é que vamos deixar essas empresas saírem daqui e gerar empregos e renda em outros estados?

O Ministério Público coloca suas questões. Ora, temos que mostrar ao Ministério Público... É questão de legalidade, de ser legalista? Tudo bem. Agora, é questão, então, de impedirmos que os outros estados também façam essa questão do incentivo fiscal. Não podemos, Deputado, deixar nossas empresas evadirem do Distrito Federal. Por isso, tem muita profundidade o que V.Exa. disse aqui. É uma questão econômica importante. Quando fazemos uma economia aqui de 900 mil reais, isso é uma coisa grandiosa. Imagine que 400 milhões estão sendo drenados dos recursos do Distrito Federal! Realmente, temos que abordar esse tema frequentemente, pois precisamos reverter essa situação. Parabéns!

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Agradeço o aparte de V.Exa. e o incorporo ao meu pronunciamento.

DEPUTADO WASHINGTON MESQUITA – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO WASHINGTON MESQUITA (PSD. Sem revisão do orador.) – Primeiramente, quero me solidarizar com o Secretário Rafael. Há vinte dias, tive a oportunidade de almoçar com ele para debater a saúde em Brasília, falar sobre o que foi feito no primeiro ano e sobre o que deve ser feito, o que será investido no segundo ano. Naquele momento, eu disse ao Secretário que o problema da saúde pública em Brasília vem de décadas e que não se resolve em um mês, em seis meses, em um ano nem neste primeiro Governo Agnelo nem no segundo e no terceiro. É preciso que se monte toda uma estratégia, um plano de ação e



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
01 03 2012	15h25min	11ª SESSÃO ORDINÁRIA	20

investimento, que se corte gastos onde não são necessários e também no que tange à parte de compras e, principalmente, de gestão. Sei que já existe um planejamento específico, montado com muita coerência, retidão, tenho acompanhado, pelo Ministério Público, pelo Tribunal de Contas.

Em relação à saúde aqui em Brasília – eu a discuti também com ele –, a nossa grande preocupação – o Deputado Dr. Charles há de concordar comigo – é a quantidade de pessoas que deságuam no Distrito Federal, vindas de Águas Lindas, Formosa, Valparaíso, Cidade Ocidental. Neste momento, tenho um parente, Deputado Chico Vigilante, que está vindo de Patos de Minas para ser atendido na unidade de traumatologia do Hospital de Base, que é referência no nosso país, mas que, infelizmente, está lotado e não cumprindo a sua função, no que tange à medicina de qualidade. Cinquenta por cento dos pacientes, segundo a Dra. Sônia do HRC me falou – o Deputado Dr. Charles deve saber disto melhor do que eu, por ser mestre, ter trabalhado lá e por ter esse compromisso com a saúde –, vêm do Entorno. Cinquenta por cento dos atendimentos, no HRC e no HRT, são de pessoas que vêm do Entorno. Até quando nós vamos aguentar isso? Você pode colocar, hoje, 5 bilhões de reais para a saúde, 10 bilhões, que será pouco, porque, a cada dia que passa, a população aumenta, as necessidades são maiores, doença não espera hora para surgir e Brasília está comportando todo essa demanda. Isso, ninguém fala.

Tive oportunidade de conversar com o Ministro Padilha, no Hospital de Base, quando S.Exa. veio trazer o plano SOS Emergência, que melhorará muito a qualidade do atendimento, a eficiência. Basicamente, o Hospital de Base será esvaziado. Aquelas pessoas serão levadas para os hospitais regionais, para os centros de saúde. Perguntei a S.Exa. até quando Brasília irá suportar essa situação. É importante que haja um planejamento estratégico, para que esses estados que recebem recursos da União invistam em contratação de pessoal, na construção de hospitais e de mais leitos em vez de investirem em compra de ambulâncias. É muito fácil comprar ambulâncias novas, enchê-las de pacientes e enviá-las para Brasília. Não há governo que resista! Nem mesmo o Governador Agnelo, por mais competência que tenha e por mais que queira. Só mesmo Jesus Cristo, descendo à terra para fazer um milagre. O grande problema da saúde é esse. Não é justo que seja imputada ao atual Governo a responsabilidade por essa situação. Enquanto não se resolver essa situação do Entorno, Deputado Chico Vigilante, por mais vontade que o Governador, os secretários e nós, Parlamentares, tivermos, infelizmente, não conseguiremos resolver essa questão da saúde.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Agradeço o aparte de V.Exa. e o incorporo ao meu pronunciamento.

DEPUTADO DR. CHARLES – Concede-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Ouço o aparte de V.Exa.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
01 03 2012	15h25min	11ª SESSÃO ORDINÁRIA	21

DEPUTADO DR. CHARLES (PTB. Sem revisão do orador.) – Deputado Chico Vigilante, desculpe-me por interrompê-lo novamente, mas o tema é palpante e importante.

Deputado Washington Mesquita, às vezes, é muito mais do que cinquenta por cento. Só que, Deputado Chico Vigilante, temos de tomar providências, temos de exigir que seja criado urgentemente o tal do cartão nacional de saúde. Se o prefeito da cidade tiver que pagar pelos procedimentos feitos, ele não comprará uma ambulância para enviar os pacientes para cá. Isso é óbvio, pois será debitado na conta da sua prefeitura. E, se for debitado na conta da prefeitura, ele fará as ações básicas no seu centro de saúde.

Deputada Arlete Sampaio, V.Exa., que é médica há tantos anos, sabe que aqui pagamos esse ônus, mas são eles que enviam os pacientes para cá. Temos que criar esse cartão nacional de saúde.

A questão do Entorno, Deputado Washington Mesquita, é também importante. Trabalhei muito para isso. Deputado Chico Vigilante, o Governador Agnelo poderia perceber que é uma questão de fazermos um convênio sério, com gente séria. Se fizermos um convênio, a fim de termos saúde, e essas pessoas ficarem lá, sem usar os nossos instrumentos, com certeza, a situação irá melhorar. Isso, desde que se tenha um controle absoluto dessa verba que irá para lá, a fim de que se tenha mais qualidade no atendimento, e as pessoas não venham para cá. Muito obrigado.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Incorporo também a segunda fala de V.Exa., que tem inteira razão, ao meu pronunciamento. E digo mais, Deputado Dr. Charles, existia uma política deliberada, Deputada Arlete Sampaio, de não credenciar o Distrito Federal no cartão SUS. Isso não interessava a quem estava no governo fazer, mas nós o faremos.

O pequenino Estado do Piauí, pelo qual tenho o maior respeito, fez o cartão SUS. Aquele estado tem características parecidas com as do Distrito Federal, porque todos os pacientes do Estado do Maranhão e metade do Estado do Pará vão se tratar em Teresina. Daí, o Governador Wellington implantou o cartão SUS no Piauí. Nunca me explicaram por que não foi implantado em Brasília, Deputada Arlete Sampaio. Algum interesse existiu para que ele não fosse implantado aqui, mas iremos implantá-lo.

Hoje, há prefeito que não pode nem ser classificado prefeito. Quando se fala de Entorno, fala-se de oitocentos quilômetros de distância do Distrito Federal. Compram a ambulância e ainda cobram o combustível do parente do paciente. A ambulância é da prefeitura e o parente do paciente ainda é obrigado a colocar o combustível. O prefeito deveria estar na cadeia por esse tipo de atitude.

DEPUTADO SIQUEIRA CAMPOS – Permite-me V.Exa. um aparte?



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
01 03 2012	15h25min	11ª SESSÃO ORDINÁRIA	22

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO SIQUEIRA CAMPOS (PSC. Sem revisão do orador.) – Deputado Chico Vigilante, obrigado. Tenho aprendido muito com suas falas. Realmente, vejo que são trazidas informações, até por meio dos nossos colegas opositores, de que este Governo tem gasto duas vezes mais do que os governos anteriores na saúde. Cito um exemplo, voltando atrás, quando estávamos falando sobre o serviço público. V.Exa. trouxe informações que nos surpreendem e devem surpreender toda a nossa sociedade e todos aqueles que nos ouvem. Temos uma folha de pagamento de mais de 600 milhões. É isso que V.Exa. disse. De cargos comissionados, em torno de 35 milhões. Isso é em torno de 5% do total das comissões pagas ao serviço público. Isso é o mínimo recomendado pela ONU – Organização das Nações Unidas. Então, o que precisamos — todos nós deveríamos nos unir, opositores ou não — é fazer uma gestão de eficiência. Vou citar alguns casos que ouvi hoje pela manhã no que diz respeito à segurança e aos médicos. O problema da evasão, dos arredores daqui, dos pacientes para cá, ocorreu em gestões passadas e vai continuar cada dia mais. Isso não vamos impedir, mas podemos... Deputado Dr. Charles não fala, nós não falamos, nós temos de falar, porque esse Governo tem feito muito, mas nada vai avançar se não formos eficientes, se não agirmos na prática para o resultado ser bom. Se não formos aos hospitais para acabar com o corporativismo dos médicos, nada vamos avançar, Deputada Arlete Sampaio, no que diz respeito à saúde. Isso nós temos de atacar. Todos nós temos obrigação de fazer essa fiscalização, porque aí é que está o cerne do problema. Pode ser antipático para nós, para cada Parlamentar, que precisamos tanto dos nossos eleitores. E os médicos têm uma influência muito importante em cima deles, mas temos de fazer isso, porque esse Governo precisa fazer aquilo que a sociedade está esperando dele. E só vai fazer se fizermos essas ações.

Para não me alongar na fala, vou citar o que eu estava ouvindo hoje do Cláudio Humberto a respeito da segurança. Nossos policiais, principalmente os militares, estão se imbuindo, com vontade de entrar em um procedimento de greve ou numa ação de morosidade no atendimento. Eu não acho conveniente, porque neste momento, Presidente, são os policiais mais bem pagos do País. Tivemos agora movimentação no Rio, que ganha um terço; na Bahia, que ganha menos que isso. Não estou dizendo que eles não devem nem merecem ganhar mais, não. Devem, mas acho que é o momento de um pouco mais de cautela.

Vou citar outro dado da ONU. Para cada mil habitantes, é necessário um policial para se ter um bom atendimento de segurança. Eu não sabia, mas o Distrito Federal tem 1,7 policial, se não me engano, para cada mil habitantes. No entanto, hoje havia 2.600 policiais na rua quando há um contingente de mais de 18 mil, não adianta contratar mais 4, 8. Isso é um problema de gestão administrativa. O problema é que em governos anteriores benesses e benesses foram concedidas e cada dia o policial está mais fora. Vamos procurar melhorar, mas primeiro vamos



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
01 03 2012	15h25min	11ª SESSÃO ORDINÁRIA	23

procurar cobrar um serviço de rua, um serviço de campo e um serviço presente na sociedade.

Muito obrigado. Este Governo tem feito realmente o que pode. E pode fazer mais. A ação pode ser mais concreta em relação ao resultado.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Deputado Siqueira Campos, eu agradeço o aparte de V.Exa. e o incorpo ao meu pronunciamento.

Por último, quero parabenizar, Deputada Arlete Sampaio, o Governador Agnelo Queiroz e o Comandante do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal. Eu participei hoje pela manhã com a Deputada Luzia de Paula e o Deputado Aylton Gomes do lançamento, Deputado Agaciel Maia, da pedra fundamental com a construção imediata de um quartel dos bombeiros na Ceilândia, Deputado Siqueira Campos. É na parte norte da Ceilândia, no Setor de Indústria da Ceilândia, em frente ao Setor O. Esse grupamento, o 43º Grupamento, é um quartel realmente moderno, que será dotado, Deputado Dr. Michel, de academia para treinamento dos bombeiros, de refeitório, de local para descanso dos policiais, alojamentos masculino e feminino, pista, quadra de esporte, tudo. Realmente foi uma maravilha o que foi lançado hoje, com data para ser entregue. O comandante assegurou, em nome do Governador Agnelo Queiroz, que entre março e abril de 2013, estaremos entregando na Ceilândia o 43º Grupamento, que vai atender toda a parte norte da Ceilândia, o Condomínio Sol Nascente e a BR-070. Portanto, é realmente um feito lançado hoje pelo Governador Agnelo.

O Comandante do Corpo de Bombeiros também dava conta de dados que vou trazer num próximo pronunciamento a respeito da quantidade de equipamentos, Deputado Dr. Michel, que foram já adquiridos pelo Governo Agnelo para o Corpo de Bombeiros: escada Magirus, autobomba... Já vou adiantar aqui em primeira mão: o Governo do Distrito Federal, o Governador Agnelo acaba de adquirir oito mil uniformes de combate a incêndio para os bombeiros. Não é esse uniforme laranja que vemos pela rua aí. Como há muito incêndio em Brasília... É um uniforme de primeira linha que permitirá ao bombeiro entrar dentro das chamas e não ser chamuscado, sem correr nenhum risco de vida. E passando o período de chuva, quando chegar a seca, esses equipamentos já estarão à disposição da nossa corporação de bombeiros para o combate aos incêndios do Distrito Federal, além dos dois aviões que foram adquiridos, e muito mais. Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO DR. MICHEL) – Muito obrigado pela palavra de V.Exa. Eu só queria fazer uma correção. Deputado Siqueira Campos, V.Exa. me desculpe, mas não é 1 para cada 1.000, é 1 para cada 100. Hoje é 1 para cada 100, 1 policial militar para cada 100 habitantes e 1 policial civil para cada 475 habitantes. Esta é a média: 1 policial militar porque a Polícia Militar faz o policiamento ostensivo, a prevenção, e a Polícia Civil faz a repressão. Então, nós podemos ter 1 policial civil para cada 475 habitantes e 1 policial militar para cada 100 habitantes.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
01 03 2012	15h25min	11ª SESSÃO ORDINÁRIA	24

Hoje, a defasagem da Polícia Militar está em torno de quase sete mil homens no Distrito Federal.

DEPUTADO SIQUEIRA CAMPOS – Eu peço desculpas a V.Exa. A informação que eu havia ouvido dizia que nós tínhamos mais do que o número recomendado pelas Nações Unidas.

PRESIDENTE (DEPUTADO DR. MICHEL) – V.Exa. ouviu do Cláudio Humberto e aí fica meio difícil, porque o Cláudio Humberto...

DEPUTADO SIQUEIRA CAMPOS – Não, não foi do Cláudio Humberto. Essa informação eu ouvi na CBN. Eu trarei o dado com mais precisão na próxima semana.

PRESIDENTE (DEPUTADO DR. MICHEL) – Pois é. O problema é que fica meio complicado. É 1 para cada 100. Acabei de falar agora lá com a Polícia Civil para eu saber também porque achei muito – 1 para cada mil é muita coisa, é 1 para cada 100. Para cada policial militar, 100 habitantes e para 475 habitantes, 1 policial civil.

Eu quero elogiar V.Exa., Deputado Chico Vigilante, pela proficiência do seu mandato, do trabalho que desenvolve porque conseguir essa proeza de fazer um quartel do Corpo de Bombeiros em Ceilândia é magnífico. Eu queria sentar uma hora, conversar com V.Exa., ombrear-me com V.Exa. e pegar um pouquinho da sua capacidade para que eu consiga levar uma delegacia, um quartel da Polícia Militar para Sobradinho II. Sobradinho II não tem delegacia, vivem num prédio que está caindo. Não tem quartel do Corpo de Bombeiros e não tem quartel da Polícia Militar. Eu queria que V.Exa., com a sua proficiência, ajudasse-me para que conseguirmos levá-los para Sobradinho II. Eles atenderiam também a Fercal e aquela área da DF-150, onde há muitos acidentes. Não estou dizendo que é culpa do Governador. É culpa minha que não tenho a capacidade ainda, não aprendi a questão política de como fazê-lo, mas se o Governador souber, com certeza, S.Exa. vai mandar fazer em Sobradinho II. Eu conto com V.Exa. para que possamos levar isso até o Governador e consigamos fazer porque, em matéria de segurança pública, Sobradinho II está ficando na penúria. Eu queria contar com V.Exa. Ajude-me nesse aspecto, que seremos bem recebidos pela população de Sobradinho II.

Quero agradecer também, em outro viés, ao Governador Agnelo pelo Complexo de Saúde. Aí já foi proficiência minha, numa luta danada junto com o Dr. Rafael, por quem tenho o maior respeito como Secretário. Dou aqui minha solidariedade também à questão do seu pai. Quero agradecer por esse Complexo de Saúde que o Governador lançou e será feito lá em Sobradinho. Lá nós teremos uma UPA, uma academia de saúde — parece-me que será a primeira academia de saúde — e uma escola técnica de saúde. Então, quando acerta, temos que aplaudir. E como diz o rapaz lá: vamos aplaudir o Governador por essa atitude porque para nós de Sobradinho II é muito importante esse Complexo de Saúde.

DEPUTADO DR. CHARLES – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
01 03 2012	15h25min	11ª SESSÃO ORDINÁRIA	25

PRESIDENTE (DEPUTADO DR. MICHEL) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO DR. CHARLES (PTB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu também queria contar com a proficiência de ambos para levar para Taguatinga, então, por favor. Senhor Presidente, essa questão, Deputado Siqueira Campos, tocou na questão dos médicos aqui no Distrito Federal. Essa questão vale a pena ser comentada porque, às vezes, colocam nas costas dos médicos os problemas da saúde. Saúde não é só questão do médico, não. O médico rala pra caramba, saindo de um lugar para outro e outro, faz quatro, cinco atendimentos em lugares diferentes. Ele não quer isso, não! Ele quer atender num lugar, ganhar bem e poder trabalhar adequadamente. Se não ele vai a um lugar, vai a outro, vê o paciente num dia, no outro dia quem vê é outro e não dá para fazer um *follow up* daquele paciente, fazer o acompanhamento. Então, ele não quer isso, não!

Vou contar uma historinha: o médico estava atendendo desde manhãzinha na clínica. Quando chegou lá para as três horas, cansado, Jesus Cristo viu que ele tinha trabalhado muito e falou para o médico: "Meu filho, você pode ir embora que vou dar continuidade ao atendimento". O médico olhou e disse: "O Senhor vai fazer isso, Jesus?" "Vou fazer isso, você pode ir embora que vou continuar trabalhando." "Então eu vou." E Jesus Cristo mandou chamar o próximo. Depois de três horas da tarde, com esse cansaço do médico, perguntou: "O que você tem, meu filho?" "Estou com esse problema aqui, estou com umas manchas brancas." "Pode ir que você está curado." As manchas desapareceram na hora, ele foi embora, saiu satisfeito. O que estava lá fora perguntou: "Como é esse médico que está lá agora?" "É igualzinho aos outros, só me olhou e disse: 'você está curado, pode ir embora'."

Então é uma questão que o médico é julgado de tempos em tempos, de hora em hora, às vezes; mas é um trabalhador incansável da saúde. O médico tem que ser valorizado, sim. Agora, temos que cobrar. Temos que pagar adequadamente o que o médico precisa receber e cumprir. Se você tiver a gestão na hora e cumprir, colocar seja ponto, seja o que for, ele tem que trabalhar, paga-se bem, mas tem que trabalhar. Se não trabalhar, se for preciso, vamos até exonerar. Então, é essa a questão que quero fazer a defesa nesta tarde e lembrar que não é só médico que faz saúde, os outros profissionais também.

Obrigado, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO DR. MICHEL) – Concedo a palavra ao Deputado Wasny de Roure.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Como Líder do Governo. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, estou trazendo aos colegas Parlamentares uma correspondência à Presidenta da República, Presidenta Dilma Rousseff, e espero poder contar com a assinatura de todos os senhores Deputados.

Na última semana tenho sido surpreendido com os *blogs* da comunidade evangélica que têm divulgado com apreensão a condenação à pena de morte do



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
01 03 2012	15h25min	11ª SESSÃO ORDINÁRIA	26

pastor iraniano de nome Yousef Nadarkhani, que no nosso entendimento fere o art. 18 da Declaração Universal dos Direitos Humanos.

O Brasil é um país que, até mesmo em função da aproximação do Governo do Presidente Lula com o governo iraniano, tem possibilidade de ser ouvido por aquele governo, e um apelo dessa magnitude traz um impacto de grande repercussão junto a toda comunidade cristã, evangélica, católica, ortodoxa.

Creio que a nossa Casa pode e deve fazer uma manifestação junto à Presidenta Dilma para que ela possa traduzir essa preocupação junto ao governo iraniano, bem como expressar isso na forma de um pleito.

Então, Deputado Dr. Michel, Deputado Chico Vigilante, Deputado Rôney Nemer, Deputado Dr. Charles, Deputado Siqueira Campos, Deputada Arlete Sampaio, Deputado Olair Francisco, Deputado Joe Valle, quero pedir esse apoio e esse respaldo para que possamos colocar essa correspondência na mão da Presidenta Dilma e sensibilizá-la para esse gesto de extrema importância para a comunidade cristã em todo o mundo.

Sr. Presidente, eu quero também registrar a minha ida ao Congresso Nacional para a reunião da bancada do Distrito Federal, coordenada pelo Senador Rodrigo Rollemberg – a quem aproveito para cumprimentar nesta oportunidade –, quando esteve presente a Deputada Erika Kokay, que também foi uma das que convocou essa reunião, o Deputado Reguffe, ex-Deputado desta Casa, como também o Deputado Izalci Lucas, o Deputado Policarpo, a Deputada Jaqueline Roriz, também presente neste debate com as lideranças da Corporação da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros.

Amanhã, às 9h, 10h, está prevista uma grande manifestação, por meio de uma assembleia na frente do Buriti, Deputado Siqueira Campos, e achei conveniente, e cumprimento os colegas Parlamentares do plano federal nessa tentativa de intermediar um diálogo com o Governo do Distrito Federal no sentido de restabelecer essas tratativas.

É importante resgatar aqui a negociação, tanto feita pelo Presidente Patrício, como pelo Deputado Aylton Gomes, juntamente com o Secretário de Administração Pública, Wilmar Lacerda, quando então teve a oportunidade de levar várias lideranças desses dois segmentos para conversar com o Governo do Distrito Federal e abrir as negociações.

Portanto, Deputada Arlete Sampaio, é importante que tenhamos claro a reabertura das negociações com esse segmento para que possa haver um tratamento adequado, comprometedor. Sabemos que o Distrito Federal, em matéria de reajuste salarial, passa por encaminhamento junto ao Congresso Nacional, de iniciativa do Governo Federal. A bancada está propondo uma ida ao Ministério do Planejamento, mais especificamente à Secretaria de Recursos Humanos, a qual aproveito para trazer a minha saudação na pessoa do Sérgio Mendonça, que retorna



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
01 03 2012	15h25min	11ª SESSÃO ORDINÁRIA	27

àquela casa para ajudar nas negociações, substituindo o nosso querido Duvanier, que teve um papel histórico, importantíssimo, na aglutinação das negociações com as várias categorias do serviço público.

Portanto, Sr. Presidente, é importante que entendamos a complexidade deste momento, possamos atuar, porque, Deputado Siqueira Campos, Deputado Dr. Charles, Deputada Arlete Sampaio, cada um de nós aqui, Parlamentares, conhecemos e temos contato com a Polícia Militar e os trabalhadores do Corpo de Bombeiros. Temos compromisso com esse segmento e não vamos furtar a nossa manifestação de apoio, solidariedade, acompanhamento, ajudar a sensibilizar tanto o Governo local, quanto o Governo Federal. Para isso, e eu sei que vem se sensibilizando, o próprio Deputado Patrício, o nosso Presidente, por ser oriundo da categoria, como também o Deputado Aylton Gomes, que é do Corpo de Bombeiros. Sem dúvida, dois colegas Parlamentares, já vêm trabalhando e debruçando no equacionamento e no avanço dessas negociações.

Portanto, quero cumprimentar o Secretário Wilmar Lacerda – claro, foi uma delegação do Governador Agnelo –, que está fazendo a discussão. E é importante saber que o Governo do Distrito Federal tem alguns elementos, alguns instrumentos de caráter administrativo interno, que pode utilizar como elemento paliativo até termos a oportunidade de um encaminhamento de um projeto de lei no Congresso Nacional. Há a questão do risco de vida, do auxílio alimentação, temos a questão do transporte, temos a questão do fardamento, várias temáticas que perpassam por essa categoria. Mas o que é importante registrar, Deputado Dr. Michel, é que um dos policiais, um dos líderes de uma das entidades da Polícia Militar cobrou, inclusive de nós, Parlamentares, a questão de haver um conjunto enorme de praças que ainda ganham um soldo inferior a um salário-mínimo, que o Estado tem que complementar. É isso mesmo, Deputados, soldo. Naturalmente, com as gratificações, o salário básico ultrapassa esse patamar. Mas é necessário o valor complementar ao salário-mínimo para que eles possam recepcionar os demais. Portanto, é muito importante que neste momento o Governo possa fazer a discussão para trazer elementos mais propositivos para esse segmento da maior importância para todos nós.

Eu deixo aqui ainda uma última observação aos colegas Deputados: nós já tivemos na segunda-feira uma excelente reunião tratando do PDOT e vamos ter na próxima sexta-feira, amanhã, às 14 horas, a retomada da discussão do PDOT na sala lindeira ao plenário. Nós esperamos que todas as assessorias e Parlamentares que têm interesse em acompanhar esse debate não deixem de se fazer presentes, ainda que não permaneçam durante todo o debate, porque eu creio ser uma temática extremamente relevante para todos nós de Brasília.

Sr. Presidente, são essas as considerações que gostaríamos de deixar à Casa nesta tarde.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
01 03 2012	15h25min	11ª SESSÃO ORDINÁRIA	28

PRESIDENTE (DEPUTADO DR. MICHEL) – Passa-se aos
Comunicados de Parlamentares.

Concedo a palavra ao Deputado Joe Valle.

DEPUTADO JOE VALLE (PSB. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu gostaria de agradecer a oportunidade de mais uma vez poder usar esta tribuna. Eu gostaria de cumprimentar os meus pares, a imprensa, todos os presentes.

Lembro que hoje é o Dia do Turismo Ecológico no Distrito Federal. Nós tivemos a oportunidade de propor um projeto de lei a esta Casa criando a questão do apoio ao turismo ecológico e sustentável no Distrito Federal. Esse projeto foi aprovado e já foi sancionado pelo Governador. Entendemos que Brasília, além da questão do turismo arquitetônico, possui uma riqueza enorme ligada ao turismo ecológico, ao turismo rural e todo o processo aí envolvido, principalmente na ideia de estimular a conservação do Cerrado, estimulando também a renda dos produtores rurais.

O Cerrado também é objeto de um trabalho e de projeto que estamos propondo a esta Casa para a criação de uma lei específica, uma lei distrital do Cerrado, porque esse é um bioma sofrido e parece que marcado para morrer, mesmo que seja um dos biomas mais importantes do Brasil. Nós temos leis que protegem a Mata Atlântica, leis que protegem a Floresta Amazônica, mas o Cerrado está esquecido, ainda que seja o bioma mais biodiverso do nosso País.

Lembro que, agora, quando se repete, 20 anos depois, o que aconteceu na Eco-92, vamos novamente tocar em um daqueles que foi o pilar da discussão da Eco-92, a biodiversidade. E quando percebemos e olhamos para os resultados concretos em todo o País, vemos que o Cerrado passa por uma taxa de diminuição exagerada. Enquanto o olho do mundo se vira para a Amazônia, o Cerrado vem perdendo espaço. Hoje, temos apenas uma cobertura de aproximadamente 50%; alguns estudos mostram que há apenas 30%, talvez até menos, de um bioma tão complexo, tão biodiverso.

Essa lei aprovada por esta Casa é um marco legal para que haja a proteção dessa beleza natural em nosso estado, em nosso Distrito Federal, e também estimula, logicamente, a renda das famílias rurais para que conservem e continuem conservando o Cerrado, que fiquem no espaço rural e ganhem o seu recurso a partir desse espaço.

Outra questão, Sr. Presidente, é que eu estava em uma reunião extremamente interessante agora no Ministério Público, aqui ao lado, com muitas instituições ligadas à mobilidade, um tema estruturante do nosso mandato: lançamos aqui a Frente Parlamentar em Defesa do Trânsito Seguro, a da Mobilidade Sustentável, de Ciclovias.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
01 03 2012	15h25min	11ª SESSÃO ORDINÁRIA	29

Eu gostaria de, para registro, ler a “Carta aberta por um sistema de transporte eficiente em Brasília e área metropolitana”, uma carta da sociedade civil organizada, que acaba de ser entregue aos promotores. Lá estavam todos os promotores ligados a essa área, porque, quando falamos de transporte público, estamos falando diretamente de qualidade de vida da população, qualidade esta que fica seriamente ameaçada desde a saúde, a segurança, então é uma matéria de muitas promotorias, e lá estavam presentes mais de seis promotores, além do Promotor-Geral, e universidades, entidades da sociedade civil organizada. Eu estava presente nessa reunião e esta carta foi lida. Eu gostaria simplesmente de lê-la na tribuna, Sr. Presidente, para registrar nos Anais desta Casa, porque eu acho de extrema importância.

Nesta próxima segunda-feira haverá um marco nesta cidade, que é a licitação das grandes bacias para o transporte público do Distrito Federal, resultado de um plano de transporte urbano votado nesta Casa, marco também importante — se não o melhor plano, pelo menos um plano, porque não existia isso e agora existe. Logicamente, precisamos revisitá-lo e é esse trabalho que estamos desenvolvendo a partir do grupo de trabalho de mobilidade nesta Casa para que possamos ter e ser um modelo de transporte público para o Brasil, que é o que o Brasil espera da sua Capital e o que o cidadão brasileiro espera do nosso Governo.

A carta questiona qual o problema no transporte coletivo público, na mobilidade do DF, já que temos uma cidade tão ampla, tão planejada, tão pronta para um transporte eficiente.

(Segue documento a que se refere o Deputado.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
01 03 2012	15h25min	11ª SESSÃO ORDINÁRIA	30

Carta aberta por um sistema de transporte eficiente em Brasília e área metropolitana

- Por uma mobilidade humanizada, verde, sustentável, acessível, saudável, segura, democrática e inclusiva -

Nós, da sociedade civil de Brasília e área metropolitana, alertamos para a urgente necessidade de mudança no transporte público, que prejudica a todos e envergonha a Capital da República Federativa do Brasil, pelos problemas que se observam de ordem ética, jurídica, legal e organizacional.

É chegada a hora de mudar hábitos, cultura e procedimentos que impedem a qualidade de vida e que entravam o desenvolvimento econômico sustentável, para uma sociedade inclusiva, no limiar do século 21.

É fundamental garantir a acessibilidade universal, o direito à mobilidade, à locomoção com eficiência, segurança, conforto, saúde e pontualidade, direito que nos leva ao trabalho, aos serviços, ao estudo, ao lazer, à visita familiar, à igreja, aos amigos, às reuniões da cidadania e a desfrutar nossas cidades.

O PROBLEMA

Qual o problema no transporte coletivo público, na mobilidade do DF?

Planejamento desconexo, que leva a um sistema ineficiente, desorganizado, desintegrado, caro, ruim, com constantes experimentos para remediar a "grita geral", em tentativas e erros com vistas a mudar para permanecer igual, ou seja:

sem conexão entre as linhas,
sem pontualidade,
sem segurança
sem conforto,
sem tarifa única,
sem energia limpa - frota poluente, suja, barulhenta
sem segurança, veículos obsoletos, quebras/acidentes/mortes constantes,
sem intermodalidade,
sem sustentabilidade,
sem ênfase em modais não-motorizados,
sem se constituir em fator de eficiência para o desenvolvimento econômico e à sociedade inclusiva
- ao contrário,
significa entrave ao progresso social, óbice ao bem-estar, à saúde, ao urbanismo, ao meio ambiente

ou seja, prejudica a todos!

Neste sentido, **PROPOMOS**:

- que o poder público assuma sua responsabilidade para com a sociedade, estabelecendo políticas públicas de transporte que atendam com qualidade às necessidades das pessoas e que levem em conta:



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
01 03 2012	15h25min	11ª SESSÃO ORDINÁRIA	31

1. 1. Planejamento de transporte intermodal integrado ao planejamento urbano.
2. 2. Eixos/artérias principais atendidos por sistema sobre trilhos - metrô expresso, metrô leve de superfície e trens regionais/metropolitanos.
3. 3. Modais locais e infraestrutura alimentadores das artérias principais: calçadas com acessibilidade, rede cicloviária, micro-ônibus e ônibus conectados em integração às estações mais próximas dos bairros/localidades, urbanas e rurais.
4. 4. Rede cicloviária e oferta de bicicletários, seguros nos edifícios públicos e comerciais, nas estações e terminais.
5. 5. Substituição imediata dos veículos do transporte coletivo desconfortáveis, poluentes, com energia suja, por veículos verdes na lógica da sustentabilidade ambiental, com atendimento imediato de rede circular na área central de Brasília.
6. 6. Modelo de operação com regulação e gestão governamentais, com equilíbrio na prestação do serviço por empresa estatal, empresas privadas, de economia social/solidária/transporte familiar, de forma integrada, mediante o imprescindível mecanismo de remuneração justa por linha/km, com limitação do número de linhas por empresa ou grupo empresarial.
7. 7. Recuperação/adequação/implantação de pontos de ônibus, terminais de integração intermodal, com implementação imediata dos terminais de integração, Asa Sul e Asa Norte, da estação rodo-metroviária e das estações ferroviárias.
8. 8. Ruas verdes, praças, espaços de convivência aprazíveis, com democratização no acesso do pedestre aos centros históricos e áreas centrais, assegurando baixas velocidades.
9. 9. Tarifa integrada nas linhas regulares e nas executivas.
10. 10. Transparência e publicitação de todos os processos de acordo com as diretrizes de governança (*e-government*)
11. 11. Participação da sociedade civil através de mecanismos como audiências e consultas públicas, e assentos nos conselhos com direito à voz e voto.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
01 03 2012	15h25min	11ª SESSÃO ORDINÁRIA	32

DEPUTADO JOE VALLE – Essa é uma carta aberta apresentada agora com a participação da Universidade e de mais de dez entidades da sociedade civil, com a participação de entes públicos e dos promotores do Ministério Público. Logicamente, esse plano do Governo, que foi votado nesta Casa, atende a uma série desses requisitos, mas, definitivamente, precisamos que ele seja colocado em prática. E segunda-feira começa esse processo pela grande licitação pública do transporte no Distrito Federal.

Então, Presidente, nesse sentido, esta Casa tem se colocado e tem trabalhado muito para que consigamos ter um transporte público de qualidade. Eu quero dizer que participamos de várias audiências, participamos aqui de várias reuniões quando do PDTU – Plano Diretor de Transporte Urbano e Mobilidade do Distrito Federal e Entorno e, agora, do processo de acompanhamento dessa licitação.

Era isso o que eu tinha para colocar, muito obrigado, Presidente.

DEPUTADO DR. CHARLES – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO DR. MICHEL) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO DR. CHARLES (PTB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o Deputado Joe Valle colocou a questão do meio ambiente, ele que é um homem comprometido nessa área. Só que eu acho que coisas banais, Deputado Joe Valle — como uma placa que eu vi no Pistão Norte mostrando algumas áreas de Brazlândia —, já nos norteiam porque o grande problema daqui do Distrito Federal é que você não sabe nem onde ficam, às vezes, esses lugares que você pode visitar — e que são muitos, são bonitos.

Eu acho que primeiro tem que se dar o acesso. Fazer um acesso, colocar as placas, uma coisa simples igual a essa que eu vi e achei muito legal, mostrando em Brazlândia os lugares que você pode frequentar fazendo o ecoturismo. São coisas simples que podem melhorar o turismo do Distrito Federal.

DEPUTADO JOE VALLE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO DR. MICHEL) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO JOE VALLE (PSB. Sem revisão do orador.) – Nesse sentido, eu participei ativamente daquele programa feito com o Sebrae para que fizéssemos um inventário do turismo rural na área de Brazlândia. E já fizemos uma indicação e uma sugestão ao Secretário de Turismo para a criação do Observatório de Turismo Rural do Distrito Federal com o intuito de fazer novamente essa sinalização porque o Sebrae, em um determinado momento, em uma articulação com o Sindicato de Turismo Rural da Federação de Agricultura, produziu vários documentos, como catálogos, que eram distribuídos à comunidade e à população. Ali está o endereço de todos os pontos de turismo rural do Distrito Federal, com o que servia e com um roteiro, com um pequeno mapa para a chegada.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
01 03 2012	15h25min	11ª SESSÃO ORDINÁRIA	33

Logicamente, o interessante, quando se tem uma política e quando se investe nisso, é trabalhar, além de toda a sinalização, o acesso, a logística necessária para se chegar facilmente a esses lugares. Eu acho que V.Exa. tem toda a razão, e esse trabalho está sendo colocado, sendo que essa lei, esse marco legal, foi extremamente importante para que o Executivo possa e precise trabalhar nessa direção.

PRESIDENTE (DEPUTADO DR. MICHEL) – Comunicado da Presidência: Conforme acordo de Líderes, solicito às Sras. e aos Srs. Deputados que indiquem, até segunda-feira, dia cinco, dois projetos com tramitação concluída nas comissões para serem incluídos na Ordem do Dia neste mês de março.

Por fim, informo que as indicações deverão ser feitas diretamente à Assessoria de Plenário, e não serão recebidas aquelas pendentes de apreciação de alguma comissão.

Dá-se início à

ORDEM DO DIA.

Como não há *quorum* para continuarmos, esta Presidência vai encerrar os trabalhos.

Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 17h15min.)